

## **Aula 15**

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo  
Estratégico de Noções de Direito  
Processual Civil - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:

**Thaís de Cássia Rumstain**

06 de Julho de 2025

## MEIOS DE IMPUGNAÇÃO - RECURSOS

### Sumário

Análise Estatística .....	1
Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque .....	2
Questões estratégicas .....	25
Questionário de revisão e aperfeiçoamento .....	34
<i>Perguntas:</i> .....	34
<i>Perguntas com respostas:</i> .....	35
Lista de Questões Estratégicas .....	39
Gabarito .....	43

## ANÁLISE ESTATÍSTICA

### Dos Processos nos Tribunais e dos Meios de Impugnação das Decisões Judiciais e Dos Recursos

Tópico		% de cobrança Instituto AACP
Da Ordem dos Processos e dos Processos de Competência Originária dos Tribunais	Disposições Gerais (arts. 926 a 928)	0,00%
	Da Ordem dos Processos no Tribunal (arts. 929 a 946)	17,86%
	Dos Incidentes de Assunção e Arguição (arts. 947 a 950)	0,00%
	Do Conflito de Competência (arts. 951 a 959)	0,00%
	Homologação de Decisão Estrangeira e da Concessão do Exequatur à Carta Rogatória (arts. 960 a 965)	0,00%
	Da Ação Rescisória (arts. 966 a 975)	3,57%
	Do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (arts. 976 a 987)	3,57%
	Da Reclamação (arts. 988 a 993)	7,14%
Dos Recursos	Disposições Gerais - Recursos (arts. 994 a 1.008)	10,71%



	Da Apelação (arts. 1.009 a 1.014)	7,14%
	Do Agravo de Instrumento (arts. 1.015 a 1.020)	14,29%
	Do Agravo Interno (art. 1.021)	7,14%
	Dos Embargos de Declaração (arts. 1.022 a 1.026)	7,14%
	Dos Recursos para o STF e STJ (arts. 1.027 a 1.044)	21,43%
		<b>100,00%</b>

## ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE


### NATUREZA DOS RECURSOS

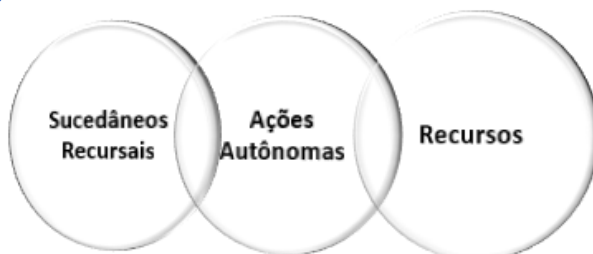
- É um meio de **impugnação de uma decisão judicial** e que ocorre dentro do mesmo processo e não através de medida autônoma e tem por objetivo:

REFORMAR

CASSAR

COMPLEMENTAR

- É uma faculdade, uma vez que cabe ao vencido optar pelo recurso ou se conformar com a decisão não confundir com  outras formas de impugnação das decisões judiciais:

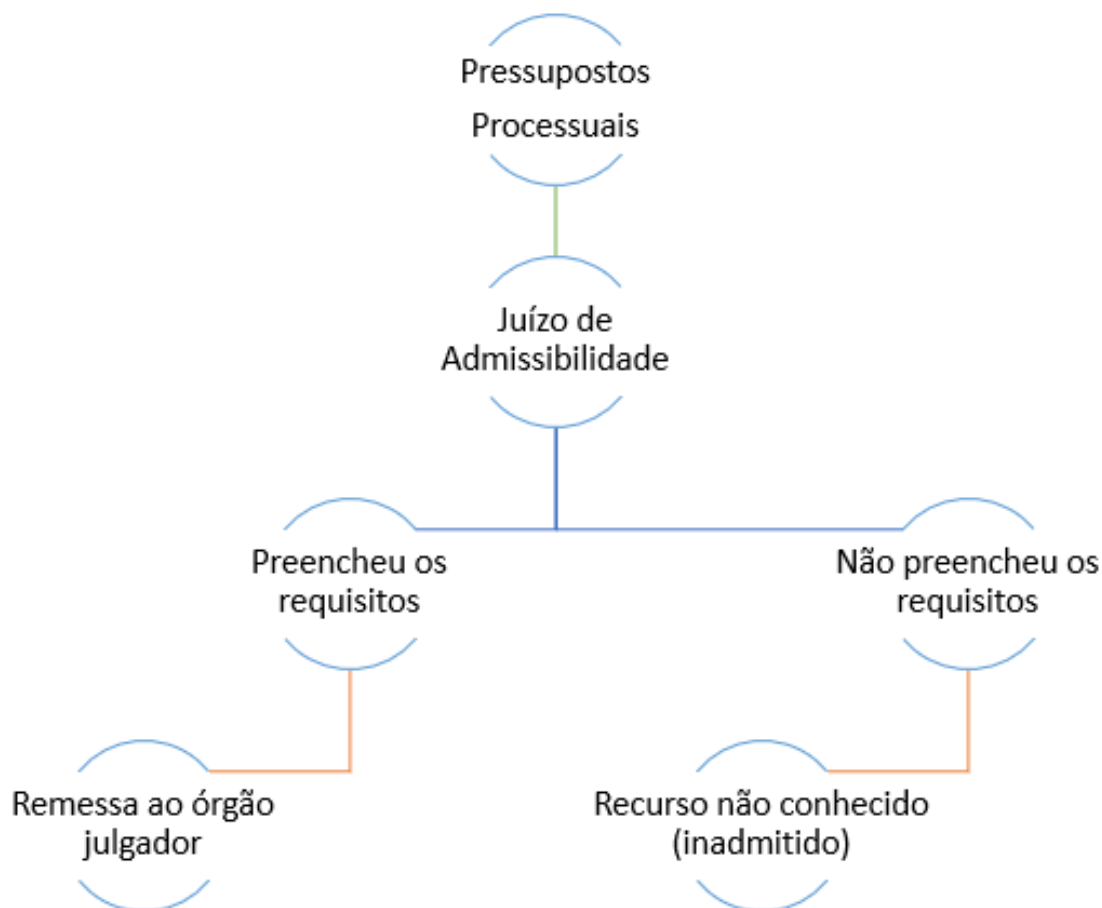


- As **ações autônomas** atacam as decisões judiciais através de um novo processo, como ocorre com a *Ação Rescisória*, a *Querela Nullitatis*, *Reclamação*, *Habeas Corpus*, *Mandado de Segurança*.
- Os **sucedâneos recursais** são instrumentos de impugnação das decisões judiciais que **não se encontram no rol dos recursos do artigo 944, CPC** e, também, **não são ações autônomas**, mas possuem a capacidade de alterar a decisão, como ocorre com a *Remessa Necessária* ou com o *pedido de reconsideração*.

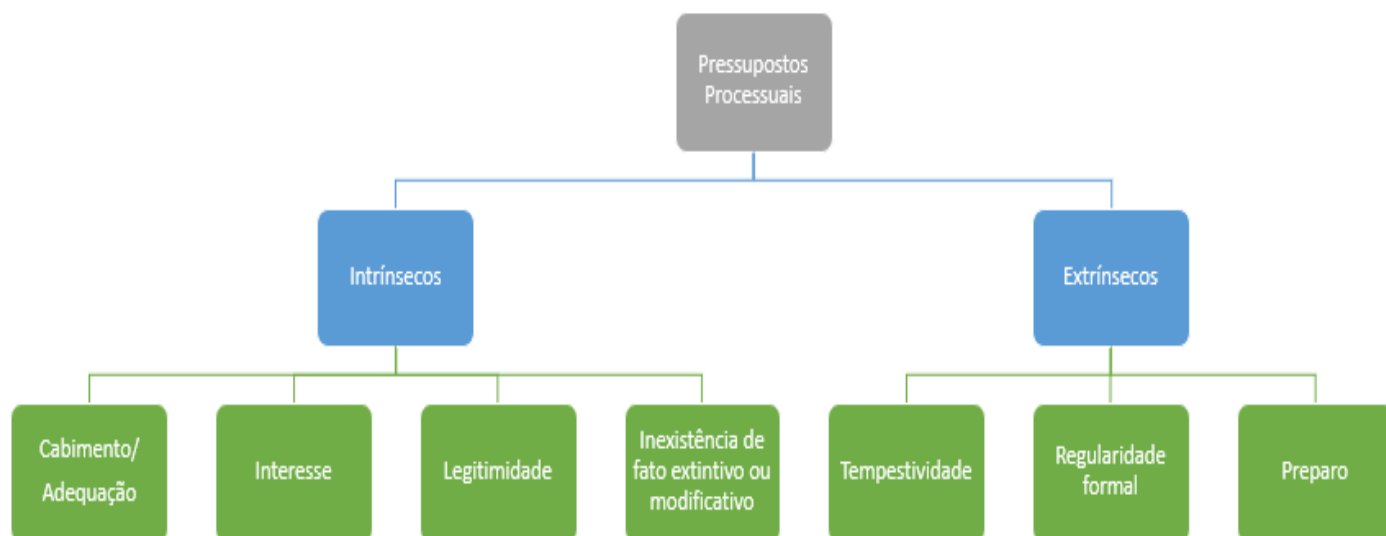


## PRESSUPOSTOS RECURSAIS

- Os pressupostos recursais têm a finalidade de averiguar se foram preenchidos os **REQUISITOS FORMAIS**, para que depois o recurso seja analisado no mérito. Se os **requisitos não forem preenchidos o recurso não será processado**, ou seja, não será analisado pelo Tribunal competente.



- A classificação dos requisitos se divide em **REQUISITOS INTRÍNSECOS** e **REQUISITOS EXTRÍNSECOS**:



- Vamos relembrar cada um deles pressupostos:

#### Requisitos Intrínsecos

##### Cabimento / Adequação

- O ato impugnado precisa ser suscetível de recurso e deve corresponder a **medida adequada**, de acordo com a decisão atacada

##### Interesse

- O recurso deve ser **necessário**, ou seja, trazer alguma **utilidade** para a parte recorrente.

##### Legitimidade – Art. 996, CPC

- Da parte vencida
- Do terceiro prejudicado
- Do Ministério Público
- *Amicus curie* (**art. 138, CPC**) em embargos de declaração e IRDR

##### Inexistência de fato impeditivo / extintivo

- Renúncia
- Aquisição expressa ou tácita
- Preclusão consumativa

#### Requisitos Intrínsecos

##### Tempestividade Recursal – Art. 1003, CPC

- A interposição do recurso deverá ocorrer no prazo fixado em lei

##### Regularidade Formal

- O recurso é instrumentalizado através de uma petição formal, com a indicação das razões de fato e de direito que levam ao pedido de novo julgamento e a parte contrária apresentará contrarrazões.

##### Preparo – Art. 1007, CPC

- É o pagamento das custas devidas para a interposição do recurso



## ESPECIES RECURSAIS

- O artigo 944, CPC traz o rol dos recursos em espécie. São eles:

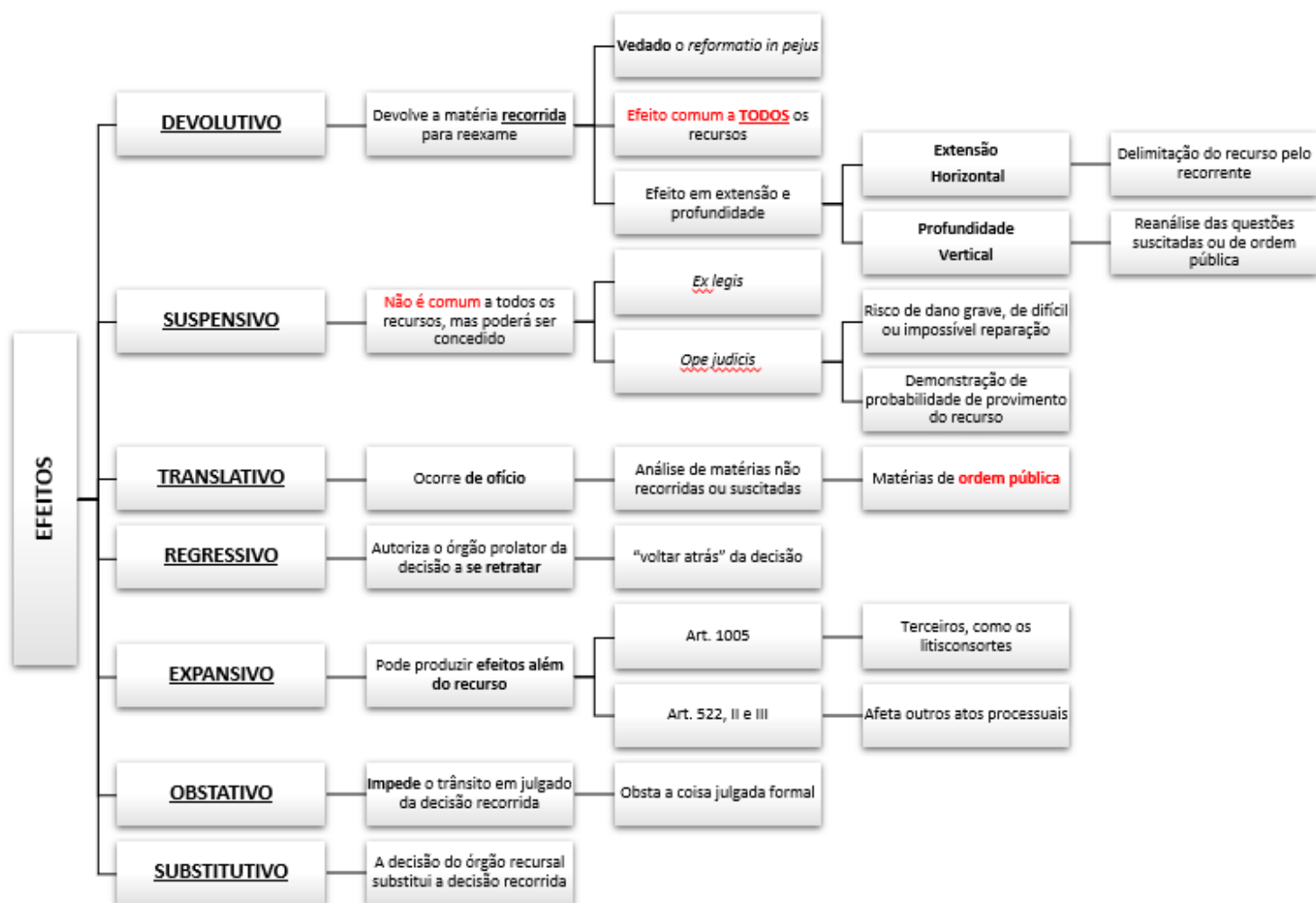
Rol do Art. 994, CPC
I – Apelação
II – Agravo de instrumento
III – Agravo interno
IV – Embargos de declaração
V – Recurso ordinário
VI – Recurso especial
VII – Recurso extraordinário
VIII – Agravo em recurso especial ou extraordinário
IX – Embargos de divergência

- Existem outras espécies de recursos, mas que NÃO estão previstas no CPC, mas em outras legislações, como, por exemplo, o Recurso Inominado previsto da Lei 9.099/95 ou, ainda, os Embargos Infringentes, com previsão na Lei 6.830/1980 (Lei de Execuções Fiscais).

## EFEITOS RECURSAIS

- A doutrina elenca 7 (sete) efeitos possíveis. Vamos relembrar:





- Vale a pena a releitura dos artigos que estabelecem a regra sobre a concessão do efeito suspensivo dos recursos. Vejamos:

**Art. 995.** Os recursos **NÃO impedem a eficácia da decisão, SALVO disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.**

*Parágrafo único.* A **eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se dá imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, E ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.**

**Art. 1.012.** A **apelação terá efeito suspensivo.**

**Art. 1.026.** Os **embargos de declaração não possuem efeito suspensivo** e interrompem o prazo para a interposição de recurso.

**Fique de olho**

A regra do artigo 1.026, CPC é importante porque no CPC/73 os embargos de declaração tinham efeito suspensivo e com a alteração do CPC, os embargos de declaração perderam esse efeito!!!



## FORMAS DE INTERPOSIÇÃO DOS RECURSOS

- A regra de interposição é que cada parte interporá o seu recurso, de **forma independente**. No entanto, os recursos poderão ser interpostos de **forma adesiva**, quando ambas as partes tiverem interesse recursal e, uma delas, a princípio havia se conformado com a decisão, mas ao saber que o adverso recorreu, decide também interpor recurso:

**Art. 997.** *Cada parte interporá o recurso independentemente, no prazo e com observância das exigências legais.*

*§ 1º Sendo vencidos autor e réu, ao recurso interposto por qualquer deles poderá aderir o outro.*

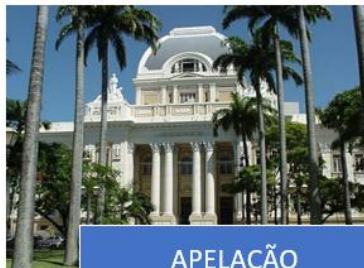
*§ 2º O recurso adesivo fica subordinado ao recurso independente, sendo-lhe aplicáveis as mesmas regras deste quanto aos requisitos de admissibilidade e julgamento no tribunal, SALVO disposição legal diversa, observado, ainda, o seguinte:*

*I - Será dirigido ao órgão perante o qual o recurso independente fora interposto, no prazo de que a parte dispõe para responder;*

*II - Será admissível na apelação, no recurso extraordinário e no recurso especial;*

*III - NÃO será conhecido, se houver desistência do recurso principal ou se for ele considerado inadmissível.*

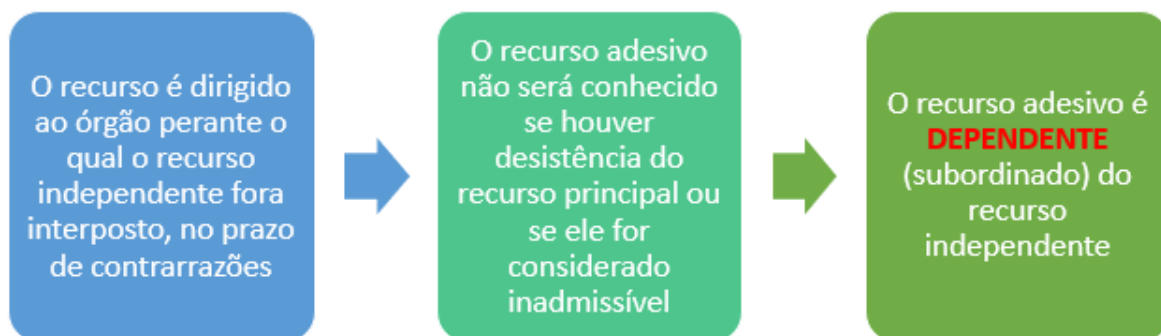
- A forma adesiva será admitida apenas em:



- A forma adesiva de interposição possui alguns detalhes importantes. Vamos a eles:



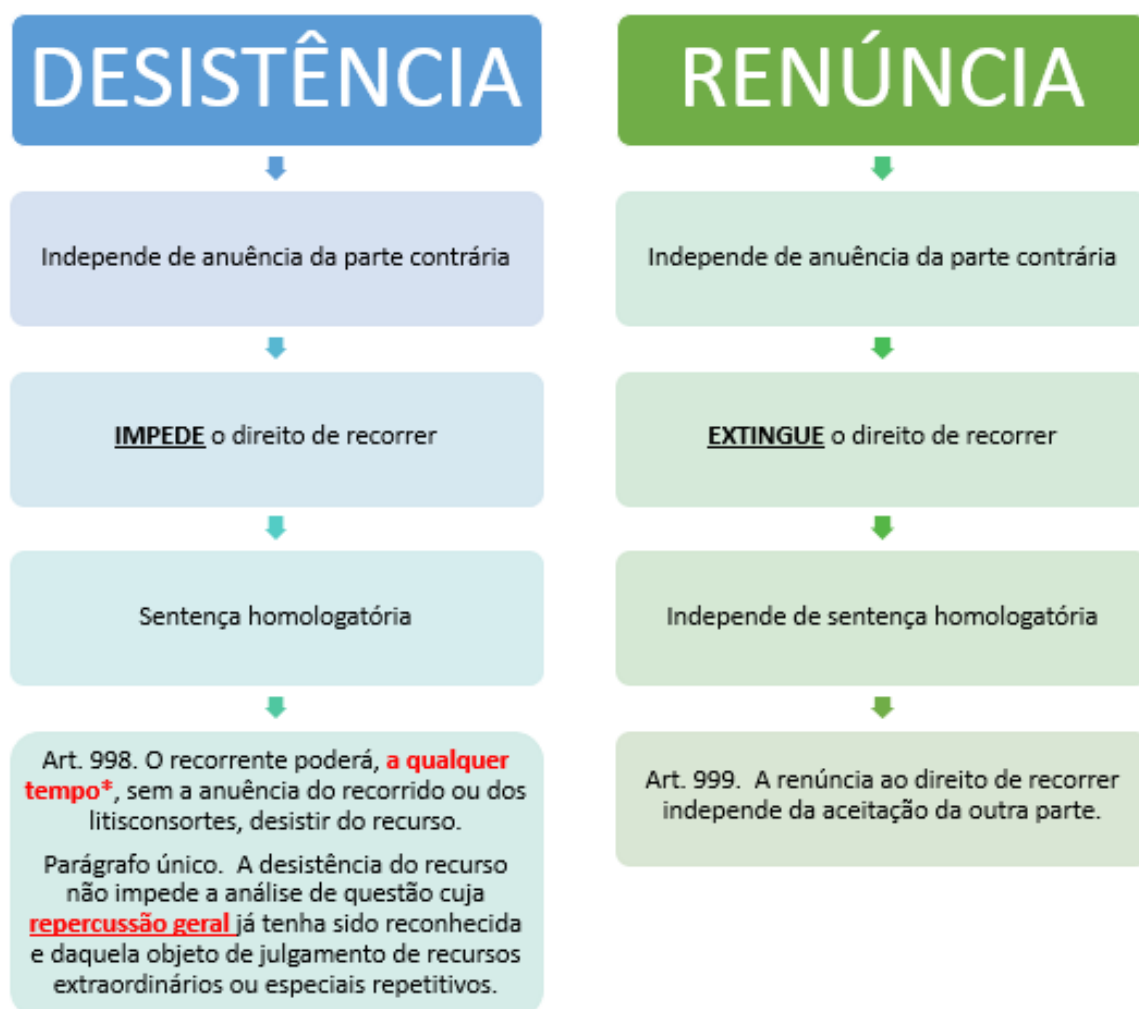




- Lembre-se que o recurso adesivo **NÃO** é uma espécie de recurso, mas uma **forma de interposição**!

### DESISTÊNCIA E RENÚNCIA DO RECURSO

- A DESISTÊNCIA e a RENÚNCIA são atos unilaterais de vontade do recorrente e, por isso, **não dependem da aceitação** da parte contrária:



- Destacamos a expressa **“a qualquer tempo”** porque a jurisprudência tem se dividido sobre qual o limite para o recorrente desistir do recurso:





- Destacamos também a regra do parágrafo único, aplicável aos recursos com **reconhecimento de repercussão geral**, não se esqueça:
- 

## AÍ TEM COISA !

Em relação aos casos de **repercussão geral**, em razão do interesse público, a **desistência** do recurso **NÃO tem o condão de impedir a análise da repercussão geral** reconhecida em recursos extraordinários ou especiais repetitivos.



### DISPOSITIVOS DIVERSOS

- Uma breve releitura de dispositivos diversos e que poderão ser cobrados na sua prova:



Art. 1000	• A parte que aceitar expressa ou tacitamente a decisão NÃO poderá recorrer. É considerada a prática de ato incompatível com a vontade de recorrer, por exemplo, o pagamento da condenação.
Art. 1002	• Não é possível recorrer de despachos
Art. 1003	• A prazo inicial do recurso é com a <b>INTIMAÇÃO</b> e a regra é de 15 dias
Art. 1004	• Restituição <b>INTEGRAL</b> do prazo em caso de falecimento da parte, do advogado ou motivo de força maior
Art. 1005	• O recurso interposto por uma das partes é aproveitado por todos os litisconsortes, desde que não tenham interesses conflitantes.
Art. 1006	• A baixa dos autos ao tribunal de origem ocorrerá em 5 dias após a certificação do trânsito em julgado
Art. 1007	• A comprovações do recolhimento do preparo deve se dar no ato da interposição do recurso
Art. 1008	• O julgamento proferido pelo tribunal substituirá a decisão impugnada – efeito substitutivo

- Dois assuntos merecem um pouco mais de atenção na sua revisão: **INTIMAÇÃO** e **PREPARO**.
- **O artigo 1003, CPC** é relevante para definir a **tempestividade do recurso**, que como vimos, se trata de um **pressuposto de admissibilidade extrínseco do recurso**. Como a intimação pode se dar de várias formas, o início do prazo considerará a forma de intimação utilizada. Vejamos:



### AUDIÊNCIA

- Considera-se a parte intimada no ato da audiência



### CARTA REGISTRADA

- Considera-se dia do começo do prazo a data de juntada aos autos do aviso de recebimento



### OFICIAL DE JUSTIÇA

- Considera-se dia do começo do prazo a data de juntada aos autos do mandado cumprido



### ESCRIVÃO / CHEFE DE SECRETARIA

- Considera-se intimada na data de ocorrência da citação ou da intimação



### EDITAL

- Considera-se dia do começo do prazo o dia útil seguinte ao fim da dilação assinada pelo juiz



### FORMA ELETRÔNICA

- Considera-se dia do começo do prazo o dia útil seguinte à consulta ao teor da citação ou da intimação ou ao término do prazo para que a consulta se dê



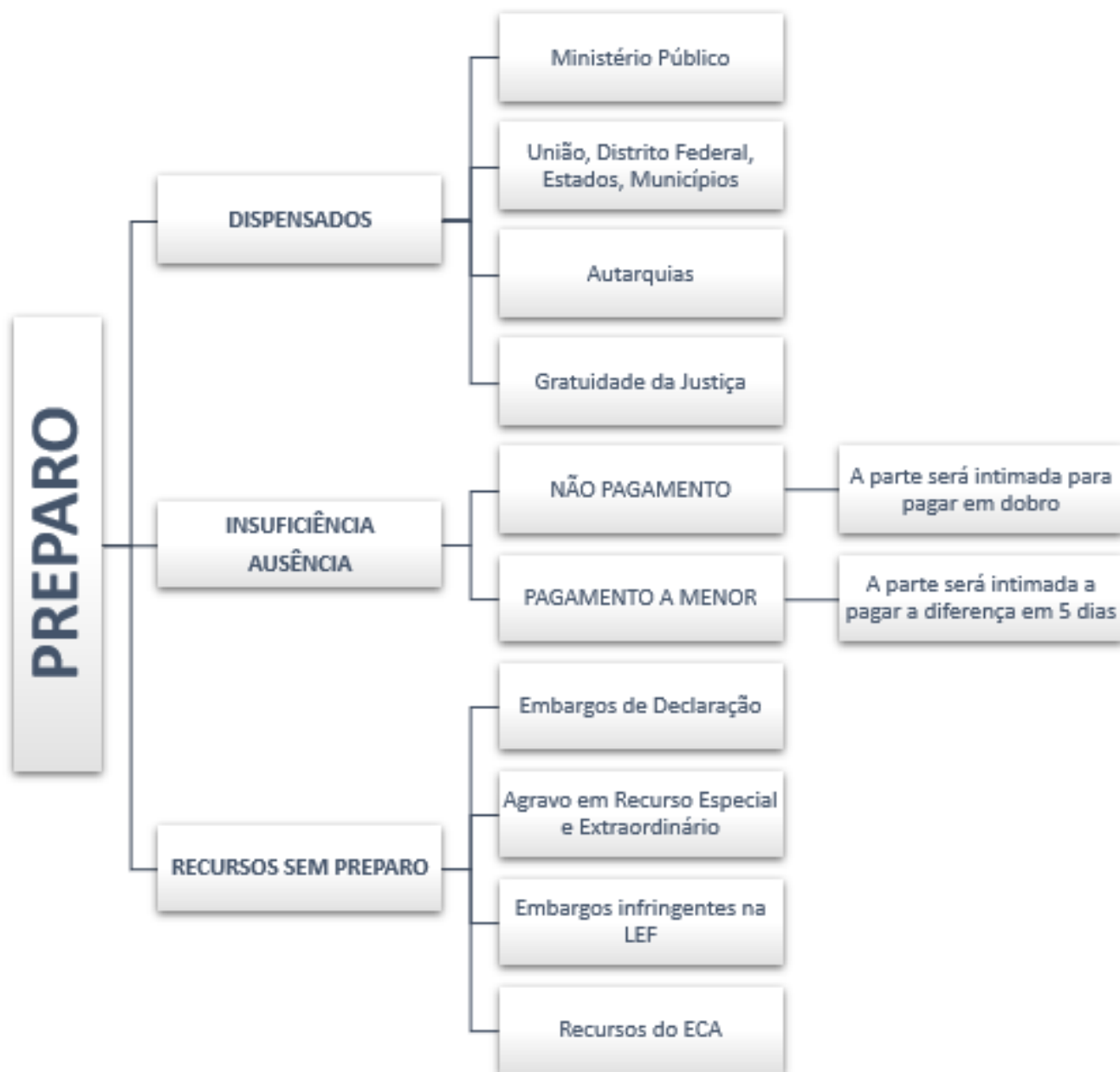
### CARTA PRECATÓRIA / ROGATÓRIA

- Considera-se o dia do começo do prazo a data de juntada da carta aos autos de origem devidamente cumprida

- O **PREPARO** corresponde ao pagamento das custas do recurso + o valor de porte e de remessa (em caso de autos físicos, já que não existe remessa nos autos eletrônicos) e a ausência do preparo implica em deserção do recurso, ou seja, ele não será conhecido:

**Art. 1.007.** *No ato de interposição do recurso, o recorrente provará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção.*





- **Importante:** O equívoco no preenchimento da guia de custas **não implicará a aplicação da pena de deserção**, cabendo ao relator, na hipótese de dúvida quanto ao recolhimento, **intimar o recorrente para sanar o vício no prazo de 5 (cinco) dias**.

### RECURSOS EM ESPÉCIE

- Vamos revisar de forma esquematizada os principais aspectos dos recursos em espécie, lembrando que a leitura da “lei seca” é muito importante para a sua banca:

### APELAÇÃO – Artigos 1.009 a 1.014, CPC



#### CONCEITO

- É o recurso que se interpõe das sentenças dos juízes de primeiro grau de jurisdição para levar a causa ao reexame dos tribunais de segundo grau, visando obter uma reforma total ou parcial da decisão impugnada, ou mesmo sua invalidação

#### CABIMENTO

- Contra Sentença
- Contra decisões interlocutórias das quais não cabe agravo de instrumento

#### JUÍZO DE RETRATAÇÃO

- Indeferimento de petição inicial
- Improcedência liminar do pedido
- Sentenças terminativas

#### FORMA ADESIVA

- Admite-se a interposição de recurso na forma adesiva

#### EFEITO SUSPENSIVO

- A regra da apelação é a concessão do efeito suspensivo, mas há exceções:
- Homologação de divisão ou demarcação de terras
- Condenação em alimentos
- Extinção do processo sem resolução do mérito
- Improcedência dos embargos
- Procedência de instituição de arbitragem
- Decreto ou interdição

#### EFEITO DEVOLUTIVO

- Atingirá todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que não tenham sido solucionadas, desde que relativas ao capítulo impugnado ou quando cognoscíveis de ofício (profundidade)

#### CAUSA MADURA

- É possível o julgamento imediato de mérito pelo tribunal no julgamento da apelação, em razão da Teoria da Causa Madura, quando:
- Houver decisão sem o conhecimento do mérito
- Decreto de nulidade da sentença por incongruência
- Houver omissão do juiz “a quo”
- Ausência de fundamentação

### AGRAVO DE INSTRUMENTO – Artigos 1.015 a 1.020, CPC



#### CONCEITO

- É o recurso adequado para atacar decisões interlocutórias proferidas no curso do processo.

#### CABIMENTO

- Tutelas provisórias
- mérito do processo, que não põe fim ao processo
- rejeição da alegação de convenção de arbitragem
- incidente de desconsideração da personalidade jurídica
- rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação
- exibição ou posse de documento ou coisa
- exclusão de litisconsorte
- rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio
- admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros
- concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução
- redistribuição do ônus da prova
- decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.
- outros casos expressamente referidos em lei.

#### PRAZO

- 15 DIAS

#### FORMAÇÃO DO INSTRUMENTO – PEÇAS OBRIGATÓRIAS

- Petição inicial
- Petição que ensejou a decisão agravada
- Certidão de intimação das partes da decisão agravada ou outro documento que comprove a tempestividade
- Certidão de intimação
- procurações outorgadas aos advogados das partes

#### FORMAÇÃO DO INSTRUMENTO – PEÇAS FACULTATIVAS

- A parte poderá juntar outras peças e deverá declarar se não existir nos autos algumas das peças obrigatórias

#### PRECLUSÃO

- Não há mais preclusão na formação do instrumento, caso algum documento esteja ausente, a parte deve ser intimada para se manifestar e regularizar a falta







**TEMA REPETITIVO 988**  
**STJ amplia interposição de agravo de instrumento para além do rol do 1.015**

Por sete votos a cinco, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça decidiu, nesta quarta-feira (5/12), que o rol do artigo 1.015 do Código de Processo Civil de 2015 tem taxatividade mitigada e admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada urgência.

**REsp 1.696.396**

**REsp 1.704.520**

**TRECHO DA EMENTA**

3- A enunciação, em rol pretensamente exaustivo, das hipóteses em que o agravo de instrumento seria cabível revela-se, na esteira da majoritária doutrina e jurisprudência, insuficiente e em desconformidade com as normas fundamentais do processo civil, na medida em que sobrevivem questões urgentes fora da lista do art. 1.015 do CPC e que tornam inviável a interpretação de que o referido rol seria absolutamente taxativo e que deveria ser lido de modo restritivo.

4- A tese de que o rol do art. 1.015 do CPC seria taxativo, mas admitiria interpretações extensivas ou analógicas, mostra-se igualmente ineficaz para a conferir ao referido dispositivo uma interpretação em sintonia com as normas fundamentais do processo civil, seja porque ainda remanescerão hipóteses em que não será possível extrair o cabimento do agravo das situações enunciadas no rol, seja porque o uso da interpretação extensiva ou da analogia pode desnaturar a essência de institutos jurídicos ontologicamente distintos.

5- A tese de que o rol do art. 1.015 do CPC seria meramente exemplificativo, por sua vez, resultaria na repriminção do regime recursal das interlocutórias que vigorava no CPC/73 e que fora conscientemente modificado pelo legislador do novo CPC, de modo que estaria o Poder Judiciário, nessa hipótese, substituindo a atividade e a vontade expressamente externada pelo Poder Legislativo.

6- Assim, nos termos do art. 1.036 e seguintes do CPC/2015, fixa-se a seguinte tese jurídica: O rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.





### AGRAVO INTERNO – Artigo 1021, CPC

#### CONCEITO

- É o recurso expediente recursal utilizado para se insurgir contra decisões interlocutórias do relator de processos que tramitam em tribunais.

#### JUÍZO DE RETRATAÇÃO

- Admite-se juízo de retratação

#### PRAZO

- 15 DIAS

#### POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE MULTA

- Quando o recurso for considerado manifestamente inadmissível por todo o colegiado (unânime);
- Multa no valor de 1 a 5% sobre o valor atualizado da causa;
- Reverte-se a multa em favor da parte agravada; e
- O pagamento da multa é condicionante para a interposição de outros recursos.

### AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO

#### CONCEITO

- É o recurso voltado a forçar a admissibilidade do Recurso Extraordinário ou Recurso Especial no juízo “ad quem”

#### CABIMENTO

- **Não** terá cabimento se a decisão estiver fundamentada em regime de repercussão geral; ou
- Se a decisão estiver fundada no julgamento de recursos repetitivos

#### PRAZO

- 15 DIAS

#### PROCEDIMENTO

- Após interposto, o Presidente ou vice-Presidente do Tribunal determinará a intimação do agravado para contraminuta no recurso no prazo de 15 dias
- Não ocorrendo o juízo de retratação, os autos serão enviados ao STF ou STJ
- O agravo poderá ser julgado, conjuntamente, com o recurso extraordinário ou especial, sendo assegurada a sustentação oral, observando-se o regimento interno do STF ou STJ



## EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – ARTIGOS 1022 A 1026, CPC

### CONCEITO

- Não tem por finalidade cassar ou reformar a decisão proferida. Pretende-se, com os embargos de declaração, **esclarecer, integrar, corrigir ou completar a decisão prolatada**

### CABIMENTO

- Contra Sentença e decisões interlocutórias para:
- Esclarecer **obscuridade**: falta clareza na redação da decisão, afetando a compreensão da ideia exposta.
- Eliminar **contradição**: há duas ou mais proposições ou enunciados inconciliáveis na sentença.
- Suprir **omissão**: verificação de omissão na análise de algum dos pedidos formulados e ausência de fundamentação nos termos do artigo 489, §1º, CPC.
- Corrigir **erro material**

### PRAZO

- 5 dias

### EFEITOS

- Oposto o recurso de embargos de declaração, o prazo para interposição de outros recursos é **INTERROMPIDO** e, após o julgamento, o prazo será integralmente devolvido à parte para apresentação do recurso
- **Não há efeito suspensivo**, como regra, mas o juiz poderá conceder se a parte demonstrar a probabilidade de provimento do recurso; ou relevante a fundamentação, houver risco de dano grave ou de difícil reparação

### PRESQUESTIONAMENTO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

- Para que o recurso especial ou extraordinário sejam conhecidos, deve constar **pré-análise** e julgamento prévio pelos tribunais de segunda instância da matéria que se pretende recorrer.
- A mera interposição dos embargos de declaração já é suficiente para **prequestionar** a matéria, independentemente de rejeição dos embargos pelo tribunal de segundo grau.

### EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTETATÓRIOS

- 1ª interposição: multa até 2%
- 2ª interposição: multa até 10%
- 3ª interposição: inadmissibilidade imediata
- Valor calculado sobre o valor atualizado da causa e reverte em favor da parte contrária

### EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ATÍPICOS

- Ao efetuar o esclarecimento, a complementação ou a correção de erro material em sede de embargos de declaração, há a possibilidade de que decorra alguma alteração no bojo daquilo que foi decidido, hipótese excepcional em que os embargos terão efeitos infringentes.
- Nesse caso, deve se observar o contraditório e intimar a parte contrária a se manifestar

## RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL – ARTIGOS 1027 E 1028, CPC



#### CONCEITO

- É a “apelação em segundo grau” contra decisões originárias dos tribunais

#### CABIMENTO NO STF

- No julgamento de habeas corpus, o mandado de segurança, o habeas data e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.
- Em caso de crime político.

#### CABIMENTO NO STJ

- No julgamento de habeas corpus e os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão;
- Nas causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.

#### PRAZO

- 15 dias

### RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL – ARTIGOS 1029 A 1035, CPC

#### CONCEITO

- São espécies recursais que não estão voltadas para o reexame de matéria já decidida no contexto interpartes.
- Não se colocam para analisar a justiça da decisão de segundo grau. São recursos voltados para tutelar o sistema e o direito objetivo, não diretamente o direito das partes

#### CARACTERÍSTICAS

- São recursos excepcionais, interponíveis se esgotadas as vias ordinárias.
- Cabíveis contra decisões interlocutórias e sentenças.
- Visam tutelar a correta interpretação da legislação federal.
- Não são providos de efeito suspensivo (ope legis), mas admitem concessão judicial (ope iudicis)
- Exigem prequestionamento.

#### CABIMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

- Decisão contrária a dispositivo desta Constituição;
- Decisão que declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;
- Decisão que julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição.
- Decisão que julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

#### CABIMENTO DO RECURSO ESPECIAL

- Decisão que contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;
- Decisão que julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal;
- Decisão que der à lei federal uma interpretação divergente da que lhe tenha atribuído outro tribunal.

#### PRAZO

- 15 dias



#### O RELATOR PODERÁ NEGAR DE SEGUIMENTO AO RECURSO

- Se o RECURSO EXTRAORDINÁRIO discutir questão constitucional sobre a qual não foi reconhecida a repercussão geral ou esteja contrário à repercussão geral já reconhecida.
- Se o RECURSO EXTRAORDINÁRIO ou RECURSO ESPECIAL estiverem em contradição com acórdão do STF ou do STF decidido em IRDR.

#### 2ª POSSIBILIDADE

- encaminhar os autos ao colegiado para juízo de retratação

#### 3ª POSSIBILIDADE

- Sobrestar o processo

#### 4ª POSSIBILIDADE

- Selecionar o recurso para envio ao STF ou ao STJ como processo paradigma de recursos especiais ou extraordinários repetitivos

#### 5ª POSSIBILIDADE

- Realizado o juízo de admissibilidade e envio ao STF/STJ:
- A) Se o juízo de admissibilidade for positivo os autos serão enviados ao tribunal superior para processamento.
- B) Se o juízo de admissibilidade for negativo a parte poderá agravar na forma do art. 1.042 do CPC



## REPERCUSSÃO GERAL EM ANÁLISE STF

**Repercussão Geral** são questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico que ultrapassem os interesses subjetivos do processo.

#### **CONSIDERA-SE COM REPERCUSSÃO GERAL O ACÓRDÃO QUE**

- ✓ contrariar súmula do STF
- ✓ reconhecer a inconstitucionalidade de lei federal ou tratado



## RECURSO DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL E RECURSO EXTRAORDINÁRIO

### CONCEITO

- Expediente uniformizador de jurisprudência dos tribunais superiores

### CABIMENTO

- Em recurso extraordinário ou em recurso especial divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, sendo os acórdãos, embargado e paradigma, de mérito.
- Em recurso extraordinário ou em recurso especial divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, sendo um acórdão de mérito e outro que não tenha conhecido do recurso, embora tenha apreciado a controvérsia.

### NECESSIDADE DE ACÓRDÃO IMPUGNADO OU PARADIGMA

- Acórdãos originários, acórdãos em face de recurso ordinário constitucional e recursos especiais ou extraordinários, desde que da mesma instância

### DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA

- pode ser de direito material ou processual
- Demonstra-se com a juntada da petição de embargos do acórdão paradigma, seja por certidão, cópia, referência à repositório de jurisprudência, mídia eletrônica que contenha a publicação ou a reprodução nos autos do julgado com indicação precisa da fonte (meio mais comum).

### EFEITO RECURSAL

- interrompe o prazo para demais recursos cabíveis.



## Súmulas do STF e STJ

- **Súmula 322/STF** - Não terá seguimento pedido ou recurso dirigido ao Supremo Tribunal Federal, quando manifestamente incabível, ou apresentado fora do prazo, ou quando for evidente a incompetência do Tribunal.



- **Súmula 282/STF** - É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.
- **Súmula 528/STF** - Se a decisão contiver partes autônomas, a admissão parcial, pelo Presidente do Tribunal a quo, de recurso extraordinário que, sobre qualquer delas se manifestar, não limitará a apreciação de todas pelo Supremo Tribunal Federal, independentemente de interposição de agravo de instrumento.
- **Súmula 292/STF** - Interposto o recurso extraordinário por mais de um dos fundamentos indicados **no art. 101, n. III (102, III, e 105, III, da CF/88)**, da Constituição, a admissão apenas por um deles não prejudica o seu conhecimento por qualquer dos outros.
- **Súmula 283/STF** - É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.
- **Súmula 636/STF** - Não cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida. *Obs.: art. 1.033 do CPC/2015: “Art. 1.033. Se o Supremo Tribunal Federal considerar como reflexa a ofensa à Constituição afirmada no recurso extraordinário, por pressupor a revisão da interpretação de lei federal ou de tratado, remetê-lo-á ao Superior Tribunal de Justiça para julgamento como recurso especial”*
- **Súmula 280/STF** - Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário.
- **Súmula 505/STF** - Salvo quando contrariarem a Constituição, não cabe recurso para o Supremo Tribunal Federal, de quaisquer decisões da Justiça do Trabalho, inclusive dos presidentes de seus Tribunais.
- **Súmula 454/STF** - Simples interpretação de cláusulas contratuais não dá lugar a recurso extraordinário.
- **Súmula 279/STF** - Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário.
- **Súmula 735/STF** - Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar. *Obs.: “O STJ, em sintonia com o disposto na Súmula nº 735 do STF, entende que, via de regra, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita à modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito. Apenas violação direta ao dispositivo legal que disciplina o deferimento da medida autorizaria o cabimento do recurso especial, no qual não é possível decidir a respeito da interpretação dos preceitos legais que dizem respeito ao mérito da causa (AgRg no AREsp 346.420/SP, julgado em 17/10/2013).”*
- **Súmula 281/STF** - É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada.
- **Súmula 640/STF** - É cabível recurso extraordinário contra decisão proferida por juiz de primeiro grau nas causas de alçada, ou por turma recursal de juizado especial cível e criminal.
- **Súmula 513/STF** - A decisão que enseja a interposição de recurso ordinário ou extraordinário não é a do plenário, que resolve o incidente de inconstitucionalidade, mas a do órgão (câmaras, grupos ou turmas) que completa o julgamento do feito.
- **Súmula 637/STF** - Não cabe recurso extraordinário contra acórdão de tribunal de justiça que defere pedido de intervenção estadual em município.



- **Súmula 733/STF** - Não cabe recurso extraordinário contra decisão proferida no processamento de precatórios.
- **Súmula 289/STF** - O provimento do agravo por uma das turmas do Supremo Tribunal Federal ainda que sem ressalva, não prejudica a questão do cabimento do recurso extraordinário.
- **Súmula 634/STF** - Não compete ao Supremo Tribunal Federal conceder medida cautelar para dar efeito suspensivo a recurso extraordinário que ainda não foi objeto de juízo de admissibilidade na origem.
- **Súmula 635/STF** - Cabe ao presidente do tribunal de origem decidir o pedido de medida cautelar em recurso extraordinário ainda pendente do seu juízo de admissibilidade.
- **Súmula 284/STF** - É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.
- **Súmula 456/STF** - O Supremo Tribunal Federal, conhecendo do recurso extraordinário, julgará a causa, aplicando o direito à espécie.
- **Súmula 518/STJ** - Para fins **do art. 105, III, a, da Constituição Federal**, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula.
- **Súmula 83/STJ** - Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida.
- **Súmula 13/STJ** - A divergência entre julgados do mesmo Tribunal não enseja recurso especial.
- **Súmula 5/STJ** - A simples interpretação de cláusula contratual não enseja recurso especial.
- **Súmula 7/STJ** - A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.
- **Súmula 126/STJ** - É inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário.
- **Súmula 211/STJ** - Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo.
- **Súmula 86/STJ** - Cabe recurso especial contra acórdão proferido no julgamento de agravo de instrumento.
- **Súmula 123/STJ** - A decisão que admite, ou não, o recurso especial deve ser fundamentado, com o exame dos seus pressupostos gerais e constitucionais.
- **Súmula 203/STJ** - Não cabe recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos juizados especiais.

#### BREVES COMENTÁRIOS SOBRE A UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA

- O **NCPC** tratou de reforçar a necessidade de uniformização da jurisprudência, tratando no Livro III dos **Processos nos Tribunais e dos Meios de Impugnação das Decisões Judiciais**.
- O objetivo é que a jurisprudência seja:





ESTÁVEL

ÍNTEGRA

COERENTE

- A uniformização deve se iniciar pela própria Corte, aplicando-se aos casos idênticos as mesmas soluções já adotadas, buscando-se uma cultura de obediência à jurisprudência, o que inexistia no CPC/73.
- Busca-se através da uniformização da jurisprudência:



Previsibilidade



Confiança



Isonomia



Segurança  
Jurídica

- Os Tribunais deverão editar **Enunciados de Súmulas** sobre a interpretação adotada sobre os temas já sedimentados:

**Art. 926.** *Os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente.*

*§1º Na forma estabelecida e segundo os pressupostos fixados no regimento interno, os tribunais editarão enunciados de súmula correspondentes a sua jurisprudência dominante.*





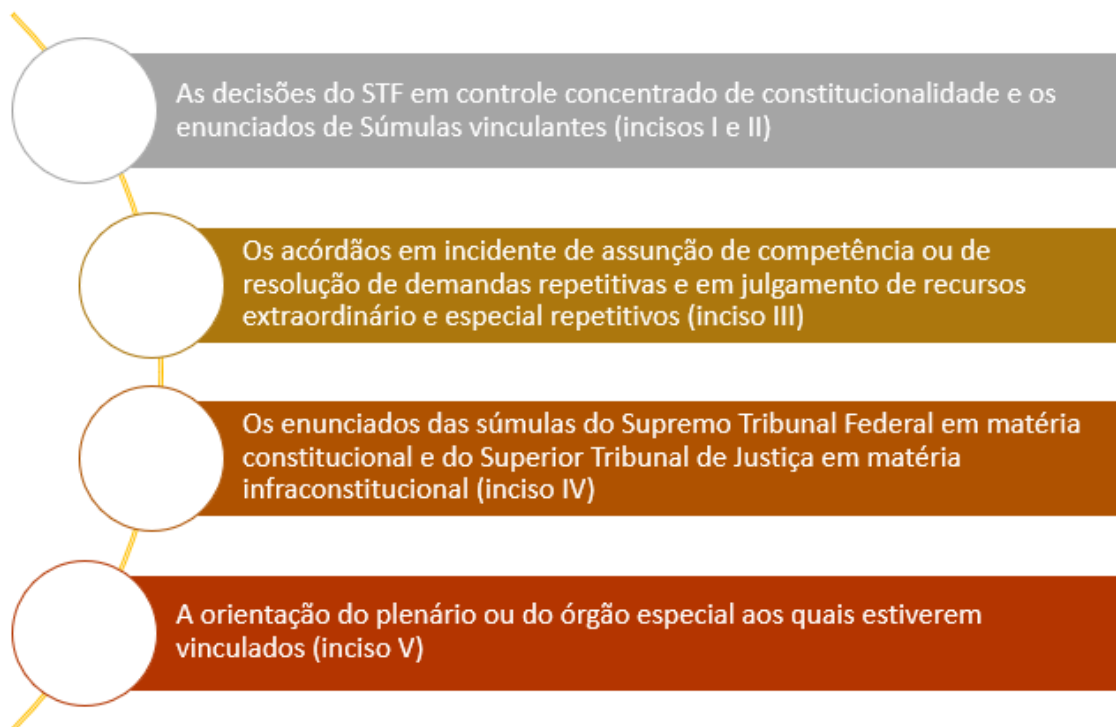
§2º Ao editar enunciados de súmula, os tribunais devem ater-se às circunstâncias fáticas dos precedentes que motivaram sua criação.

- O jurisdicionado **não deve ser surpreendido** com alterações de entendimento dos Tribunais (**artigo 927, CPC**):

§4º A modificação de enunciado de súmula, de jurisprudência pacificada ou de tese adotada em julgamento de casos repetitivos **observará a necessidade de fundamentação adequada e específica**, considerando os princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança e da isonomia.

§5º **Os tribunais darão publicidade a seus precedentes**, organizando-os por questão jurídica decidida e divulgando-os, preferencialmente, na rede mundial de computadores.

- Fique atento as regras que os juízes e Tribunais deverão observar em relação à uniformização de jurisprudência:



- As decisões proferidas com base **no artigo 927 do CPC** somente poderão ser tomadas após a manifestação das partes, oportunizando a elas que demonstrem não se tratar de nenhuma das hipóteses previstas no artigo.
- Caso o julgador entenda que diante do caso concreto não se aplica determinado Enunciado de Súmula, deverá, obrigatoriamente, demonstrar a **DISTINÇÃO (distinguishing)** ou **SUPERAÇÃO DO ENTENDIMENTO (overruling)**.

**Art. 927. §1º** Os juízes e os tribunais observarão o disposto **no art. 10 e no art. 489, § 1º**, quando decidirem com fundamento neste artigo.



## DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

- A doutrina diferencia os recursos dos outros meios de impugnação das decisões judiciais.
- A interposição de um recurso não instaura uma nova ação, o que ocorre com os outros meios de impugnação.
- Nos **recursos**, a invalidação, a reforma, o esclarecimento e a integração de determinada decisão judicial ocorrem dentro da **mesma relação jurídica já existente**.
- Pode-se dizer que **o recurso também é um meio de impugnação das decisões judiciais**, porém não é o único. **É uma espécie do gênero**.
- Contudo, há outros meios de impugnar as decisões judiciais, ou seja, há outras espécies de impugnação, o que ocorre através de ações autônomas. São elas:

### Ação Rescisória

- Artigos 966 a 975 do CPC

### Mandado de Segurança

- Lei n. 12.016 de 07/05/2009

### Ação Declaratória de Inexistência ou Nulidade da Sentença

- *Querela nullitatis insanabilis*

### Reclamação

- Artigos 988 a 993 do CPC
- Não revisaremos cada uma das ações porque não fazem parte do seu edital, o que é importante para a sua preparação é compreender a diferença entre o recurso e os outros meios de impugnação das decisões judiciais, através dos quais se instaura uma nova ação.
- Os detalhes acerca de cada uma das ações serão abordados em revisões em apartado, respeitando a exigência do seu Edital.
- Para essa revisão, não se esqueça que há vários meios de impugnação das decisões judiciais, sendo os recursos e as ações autônomas espécies de impugnação.

## QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1. (Instituto AOCP/2024/Câmara Municipal de Bauru/Procurador Legislativo) Sobre os recursos, assinale a alternativa correta segundo o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015).



- A) Os recursos impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.
- B) O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica.
- C) O recorrente poderá, a qualquer tempo, com a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
- D) A decisão pode ser impugnada no todo, vedada a interposição de recurso somente de parte da decisão.
- E) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.

### Comentários

Letra A – Errada. Diferentemente ao alegado, os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso, nos termos do art. 995 do CPC/15:

Art. 995. Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.

Letra B – Certa. Literalidade da norma do art. 996 do NCPC:

Art. 996. O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica.

Letra C – Errada. Desnecessária a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, para o recorrente desistir do recurso. Veja:

Art. 998. O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.

Letra D – Errada. O art. 1.002 do CPC/15 permite a interposição de recurso de parte da decisão. Veja:

Art. 1.002. A decisão pode ser impugnada no todo ou em parte.

Letra E – Errada. Oposto ao que diz o art. 999 do NCPC:

Art. 999. A renúncia ao direito de recorrer independe da aceitação da outra parte.

**Gabarito: Letra B.**

---

**2. (INSTITUTO AOCP/2021/Câmara de Teresina PI/Procurador) Segundo o Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA.**



A) Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de cinco dias, retratar-se. Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de cinco dias, retratar-se.

B) A citação daqueles que devam figurar em litisconsórcio passivo será requerida pelo réu na contestação e deve ser promovida no prazo de trinta dias, sob pena de ficar sem efeito o chamamento.

C) O perito que, por dolo ou culpa, prestar informações inverídicas responderá pelos prejuízos que causar à parte e ficará inabilitado para atuar em outras perícias no prazo de dois a cinco anos, independentemente das demais sanções previstas em lei, devendo o juiz comunicar o fato ao respectivo órgão de classe para adoção das medidas que entender cabíveis.

D) É inadmissível ação monitória em face da Fazenda Pública.

E) A ação rescisória pode ter por objeto apenas um capítulo da decisão.

### Comentários

Letra A – Certa. Nos termos do art. 331 do CPC/15:

Art. 331. Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se.

Letra B - Certa. Literalidade do art. 131 do NCPC:

Art. 131. A citação daqueles que devam figurar em litisconsórcio passivo será requerida pelo réu na contestação e deve ser promovida no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de ficar sem efeito o chamamento.

Letra C - Certa. De acordo com o disposto no art. 158 do CPC/15:

Art. 158. O perito que, por dolo ou culpa, prestar informações inverídicas responderá pelos prejuízos que causar à parte e ficará inabilitado para atuar em outras perícias no prazo de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, independentemente das demais sanções previstas em lei, devendo o juiz comunicar o fato ao respectivo órgão de classe para adoção das medidas que entender cabíveis.

Letra D – Errada. Diferentemente do alegado, é admissível ação monitória em face da Fazenda Pública. Veja:

Art. 700. A ação monitória pode ser proposta por aquele que afirmar, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, ter direito de exigir do devedor capaz:

§ 6º É admissível ação monitória em face da Fazenda Pública.

Letra E - Certa. Ordem do CPC, como se demonstra a seguir:

Art. 966. A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando:



§ 3º A ação rescisória pode ter por objeto apenas 1 (um) capítulo da decisão.

**Gabarito: Letra D.**

**3. (INSTITUTO AOCP/2024/TRF 2ª REGIÃO/Analista Judiciário) De acordo com o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), assinale a alternativa correta.**

- A) O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso. Mas a desistência do recurso não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquela objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.
- B) Para aferição da tempestividade do recurso remetido pelo correio, será considerada como data de interposição a data do recebimento pela secretaria do juízo ou do tribunal.
- C) Certificado o trânsito em julgado, com menção expressa da data de sua ocorrência, o escrivão ou o chefe de secretaria, independentemente de despacho, providenciará a baixa dos autos ao juízo de origem, no prazo de quinze dias.
- D) Quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação somente devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada.
- E) Quando manifestamente protelatórios os embargos de declaração, o juiz ou o tribunal, em decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente a cinco por cento sobre o valor atualizado da causa.

**Comentários**

Letra A - Certa. Em consonância com o art. 998, parágrafo único, do CPC/15:

Art. 998. O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.

Parágrafo único. A desistência do recurso não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquela objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.

Letra B - Errada. Para aferição da tempestividade do recurso remetido pelo correio, será considerada como data de interposição a data de postagem. Prescrição do § 4º, art. 1.003, do NCP:

Art. 1.003. O prazo para interposição de recurso conta-se da data em que os advogados, a sociedade de advogados, a Advocacia Pública, a Defensoria Pública ou o Ministério Público são intimados da decisão.

§ 4º Para aferição da tempestividade do recurso remetido pelo correio, será considerada como data de interposição a data de postagem.



Letra C - Errada. O prazo em questão é de 5 dias. Veja:

Art. 1.006. Certificado o trânsito em julgado, com menção expressa da data de sua ocorrência, o escrivão ou o chefe de secretaria, independentemente de despacho, providenciará a baixa dos autos ao juízo de origem, no prazo de 5 (cinco) dias.

Letra D - Errada. O art. 1.013, § 2º, do CPC/15 regulamenta que:

Art. 1.013. A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada.

§ 2º Quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento dos demais.

Letra E - Errada. A multa aplicada ao caso deverá ser não excedente a dois por cento sobre o valor atualizado da causa.

Art. 1.026. Os embargos de declaração não possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de recurso.

§ 2º Quando manifestamente protelatórios os embargos de declaração, o juiz ou o tribunal, em decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente a dois por cento sobre o valor atualizado da causa.

**Gabarito: Letra A.**

---

**4. (INSTITUTO AOCP/2024/TRF 2ª REGIÃO/Analista Judiciário) Nos termos do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), é correto afirmar que a técnica de ampliação de julgamento ou de ampliação do colegiado se aplica ao julgamento não unânime proferido**

- A) no incidente de assunção de competência.
- B) no agravo de instrumento, quando houver reforma da decisão que julgar parcialmente o mérito.
- C) no incidente de resolução de demandas repetitivas.
- D) na remessa necessária.
- E) pelo plenário ou pela corte especial, nos tribunais.

### Comentários

Correta a letra B. É o que se extrai da análise do art. 942 do CPC/15, que trata do tema da seguinte forma:

Art. 942. Quando o resultado da apelação for não unânime, o julgamento terá prosseguimento em sessão a ser designada com a presença de outros julgadores, que serão



convocados nos termos previamente definidos no regimento interno, em número suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado inicial, assegurado às partes e a eventuais terceiros o direito de sustentar oralmente suas razões perante os novos julgadores.

§ 1º Sendo possível, o prosseguimento do julgamento dar-se-á na mesma sessão, colhendo-se os votos de outros julgadores que porventura componham o órgão colegiado.

§ 2º Os julgadores que já tiverem votado poderão rever seus votos por ocasião do prosseguimento do julgamento.

§ 3º A técnica de julgamento prevista neste artigo aplica-se, igualmente, ao julgamento não unânime proferido em:

I - ação rescisória, quando o resultado for a rescisão da sentença, devendo, nesse caso, seu prosseguimento ocorrer em órgão de maior composição previsto no regimento interno;

II - agravo de instrumento, quando houver reforma da decisão que julgar parcialmente o mérito.

§ 4º Não se aplica o disposto neste artigo ao julgamento:

I - do incidente de assunção de competência e ao de resolução de demandas repetitivas;

II - da remessa necessária;

III - não unânime proferido, nos tribunais, pelo plenário ou pela corte especial.

#### Gabarito: Letra B.

5. (INSTITUTO AOCP/2022/AGESAN RS/Advogado) Maria, no ano de 2020, adquiriu de seu primo Pedro um veículo. Em razão de o veículo ter sido comprado de forma parcelada e pela relação de parentesco existente entre as partes, não foi feita a transferência do registro junto ao órgão competente, embora o carro tenha sido entregue para Maria no ato da negociação. Alguns meses após o término do pagamento das parcelas por Maria, o veículo sofreu uma penhora em uma ação de execução que Pedro está sofrendo por uma dívida contraída após a venda do veículo. Maria, que descobriu por si a penhora logo que foi realizada, no início da ação de execução, ficou apavorada e contratou um advogado para liberar o veículo da penhora. Como advogado de Maria, com atenção ao que dispõe o Código de Processo Civil, assinale a alternativa que apresenta a forma processual adequada para liberar o veículo.

A) Maria deverá fazer uma petição, na própria ação de execução, requerendo a liberação do veículo e comprovando que o adquiriu de seu primo.





- B) Maria deverá opor embargos à execução, os quais serão distribuídos por dependência ao juízo que ordenou a constrição e autuados em apartado.
- C) Como Maria não fez a transferência junto ao órgão competente, não conseguirá liberar o veículo da penhora e deverá pleitear judicialmente a restituição do valor pago em face de seu primo.
- D) Maria deverá opor embargos de terceiro, os quais serão distribuídos por dependência ao juízo que ordenou a constrição e autuados em apartado.
- E) Maria deverá impetrar mandado de segurança em face da decisão judicial que determinou a penhora do veículo, tendo o juiz prolator da decisão como autoridade coatora.

### Comentários

A assertiva D está correta. De acordo com o trâmite previsto no NCPC, mais precisamente nos arts. 674 e 676:

Art. 674. Quem, não sendo parte no processo, sofrer constrição ou ameaça de constrição sobre bens que possua ou sobre os quais tenha direito incompatível com o ato construtivo, poderá requerer seu desfazimento ou sua inibição por meio de embargos de terceiro.

Art. 676. Os embargos serão distribuídos por dependência ao juízo que ordenou a constrição e autuados em apartado.

**Gabarito: Letra D.**

---

**6. (INSTITUTO AOCP/2022/AGESAN RS/Advogado) Luiz propôs uma ação pelo procedimento comum, requerendo a declaração de inexistência de débito, em face da empresa Beta, na qual requereu uma tutela provisória de retirada de seu nome dos cadastros de inadimplência, o qual foi deferida no início do processo e confirmada na sentença que julgou procedentes os seus pedidos. A empresa Beta, inconformada com a sentença, irá interpor recurso de apelação. Quanto aos efeitos do recurso a ser interposto pela empresa Beta, com base na situação hipotética apresentada e no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.**

- A) O recurso, independentemente de requerimento, terá os efeitos devolutivo e suspensivo, e a sentença não produzirá nenhum efeito até o julgamento do recurso, inclusive quanto à tutela provisória.
- B) O recurso terá apenas o efeito devolutivo e não terá efeito suspensivo, o qual poderá ser requerido pela apelante ao Tribunal ou ao relator, mediante demonstração dos requisitos legais.
- C) O recurso terá apenas o efeito devolutivo e não terá efeito suspensivo, o qual poderá ser requerido pela apelante ao Juiz de primeiro grau, mediante demonstração dos requisitos legais.
- D) O recurso não terá nem o efeito devolutivo, nem o efeito suspensivo, e estes deverão ser requeridos ao Tribunal, ao relator ou ao Juiz de primeiro grau.





E) O recurso terá o efeito devolutivo e o efeito suspensivo; este último, contudo, não abrangerá a tutela provisória, podendo a apelante, quanto à tutela provisória, requerer o efeito suspensivo ao Tribunal ou ao relator, mediante demonstração dos requisitos legais.

### Comentários

Correta a alternativa E, conforme se infere do exame dos seguintes dispositivos do CPC/15:

Art. 1.009. Da sentença cabe apelação.

Art. 1.012. A apelação terá efeito suspensivo.

§ 1º Além de outras hipóteses previstas em lei, começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que:

V - confirma, concede ou revoga tutela provisória;

§ 4º Nas hipóteses do § 1º, a eficácia da sentença poderá ser suspensa pelo relator se o apelante demonstrar a probabilidade de provimento do recurso ou se, sendo relevante a fundamentação, houver risco de dano grave ou de difícil reparação.

**Gabarito: Letra E.**

---

**7. (INSTITUTO AOCP/2022/MPE MS/Promotor de Justiça Substituto) Analise as assertivas e assinale a alternativa correta. Segundo a técnica de julgamento prevista no artigo 942 do CPC/2015, haverá julgamento estendido quando:**

I. o resultado do julgamento da remessa necessária e do recurso de apelação forem não unânimes e estiverem reformando a sentença;

II. o resultado do julgamento da apelação for não unânime;

III. o resultado do julgamento de agravo de instrumento for não unânime e houver reforma da decisão que julgar parcialmente o mérito;

IV. o resultado do julgamento da ação rescisória for não unânime e o resultado for a manutenção da sentença.

A) Apenas I e II estão corretas.

B) Apenas I e III estão corretas.

C) Apenas II e III estão corretas.

D) Apenas II e IV estão corretas.

E) Apenas III e IV estão corretas.



## Comentários

Item I – Errado. Não se aplica à remessa necessária. Observe:

Art. 942. Quando o resultado da apelação for não unânime, o julgamento terá prosseguimento em sessão a ser designada com a presença de outros julgadores, que serão convocados nos termos previamente definidos no regimento interno, em número suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado inicial, assegurado às partes e a eventuais terceiros o direito de sustentar oralmente suas razões perante os novos julgadores.

Item II - Certo. Consoante previsto no art. 942 do CPC:

Quando o resultado da apelação for não unânime, o julgamento terá prosseguimento em sessão a ser designada com a presença de outros julgadores, que serão convocados nos termos previamente definidos no regimento interno, em número suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado inicial, assegurado às partes e a eventuais terceiros o direito de sustentar oralmente suas razões perante os novos julgadores.

Item III – Certo. De acordo com o art. 942, § 3º, II, do NCPC:

Art. 942. (...)

§ 3º A técnica de julgamento prevista neste artigo aplica-se, igualmente, ao julgamento não unânime proferido em:

II - agravo de instrumento, quando houver reforma da decisão que julgar parcialmente o mérito.

Item IV - Certo. No caso, o resultado deve ser a rescisão da sentença. Observe:

Art. 942. (...)

§ 3º A técnica de julgamento prevista neste artigo aplica-se, igualmente, ao julgamento não unânime proferido em:

I - ação rescisória, quando o resultado for a rescisão da sentença, devendo, nesse caso, seu prosseguimento ocorrer em órgão de maior composição previsto no regimento interno;

**Gabarito: Letra C.**

**8. (INSTITUTO AOCP/2021/SANESUL/Advogado)** Maria moveu uma ação judicial em face de João, que foi devidamente processada e está em trâmite na Justiça Comum Estadual da Comarca de São Paulo/SP. Na ação, Maria fez três pedidos. Por se tratar de caso de julgamento antecipado do mérito, um dos pedidos foi julgado antecipadamente improcedente, conforme autoriza o Código de Processo Civil em vigor. A ação judicial teve prosseguimento quanto aos demais pedidos em razão de ser necessária dilação probatória



com relação a eles. Diante da situação hipotética apresentada, assinale a alternativa que apresenta o recurso cabível da decisão que julgou antecipadamente o mérito destacando-se que a decisão não apresenta obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

- A) Apelação.
- B) Agravo retido.
- C) Agravo de Instrumento.
- D) Recuso ordinário
- E) Agravo interno.

### Comentários

Certa a letra C. Por força do disposto nos seguintes dispositivos do CPC/15:

Art. 356. O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles:

I - mostrar-se incontroverso;

II - estiver em condições de imediato julgamento, nos termos do art. 355 .

§ 5º A decisão proferida com base neste artigo é impugnável por agravo de instrumento.

Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:

II - mérito do processo;

**Gabarito: Letra C.**

## QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

### Perguntas:

1. Sobre o sistema recursal previsto no CPC, pode-se afirmar que eles não impedem a eficácia da decisão proferida, exceto quando houver dispositivo legal ou decisão judicial em sentido diverso, porém, a apelação sempre terá efeito suspensivo em razão da sua natureza?

2. Em ação da qual o Ministério Público atuava como fiscal da ordem jurídica, a parte deixou de interpor o recurso cabível, porém, o Ministério Público interpôs o recurso, de forma independente. O recurso do



Ministério Público será conhecido, ou seja, permite-se que, nesse caso o MP interponha recurso independentemente da parte?

3. Celeste, no último dia do prazo recursal, acabou tendo que protocolar o recurso pelo correio, já no último dia do prazo. No momento do juízo de admissibilidade, o recurso foi considerado intempestivo, porque chegou ao destino no 24º dia da intimação da Celeste. De acordo com as regras que regem o sistema recursal, o recurso é intempestivo? Por quê?

4. Como visto, o sistema recursal enquadra as decisões interlocutórias nas hipóteses de cabimento do agravo de instrumento, porém, faz a ressalva de que as decisões que não são agraváveis poderão ser atacadas por mandado de segurança. Essa afirmação está correta?

5. Em relação aos efeitos recursais, é correto afirmar que a apelação devolve ao tribunal apenas a matéria decidida na sentença?

6. O sistema recursal sofreu profundas alterações no NCPC, dentre as quais podemos destacar a faculdade de não juntar a cópia das razões do agravo de instrumento, correto?

7. No agravo interno, caso o relator entenda pela manutenção da decisão monocrática recorrida, o acórdão poderá apenas se limitar a reproduzir os fundamentos da decisão recorrida e negar provimento ao agravo?

8. Os embargos de declaração sofreram alterações no NCPC, dentre as quais destacamos o efeito suspensivo e a interrupção do prazo para interposição do recurso. Correto?

9. Pode-se afirmar que são cabíveis os embargos infringentes contra acórdão não unânime que tenha reformado a decisão recorrida, no mérito, ou tiver julgado procedente ação rescisória?

10. De acordo com o novo Código de Processo Civil, os vícios formais ensejam a imediata inadmissibilidade dos recursos extraordinário e especial?

11. Sobre o sistema recursal no novo Código de Processo Civil, é correto afirmar que o recurso especial terá seu exame de admissibilidade realizado pelo Superior Tribunal de Justiça?

## Perguntas com respostas

1. Sobre o sistema recursal previsto no CPC, pode-se afirmar que eles não impedem a eficácia da decisão proferida, exceto quando houver dispositivo legal ou decisão judicial em sentido diverso, porém, a apelação sempre terá efeito suspensivo em razão da sua natureza?



A afirmação deve ser analisada com ressalvas. Primeiro, **o artigo 995, CPC** estabelece que os recursos devem ser recebidos somente no efeito devolutivo, razão pela qual a decisão teria eficácia imediata:

**Art. 995.** *Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.*

*Ou seja, é possível atribuir efeito suspensivo aos recursos, independente de previsão legal, seria um efeito ope judicis, diante do caso concreto e comprovados os requisitos legais.*

*Em relação à apelação, a regra é a concessão do efeito suspensivo, porém a lei prevê expressamente as hipóteses em que o recurso será recebido apenas no efeito devolutivo:*

**Art. 1.012.** *A apelação terá efeito suspensivo.*

**§ 1º** *Além de outras hipóteses previstas em lei, começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que:*

*I - Homologa divisão ou demarcação de terras;*

*II - Condena a pagar alimentos;*

*III - extingue sem resolução do mérito ou julga improcedentes os embargos do executado;*

*IV - Julga procedente o pedido de instituição de arbitragem;*

*V - Confirma, concede ou revoga tutela provisória;*

*VI - Decreta a interdição.*

**2. Em ação da qual o Ministério Público atuava como fiscal da ordem jurídica, a parte deixou de interpor o recurso cabível, porém, o Ministério Público interpôs o recurso, de forma independente. O recurso do Ministério Público será conhecido, ou seja, permite-se que, nesse caso o MP interponha recurso independentemente da parte?**

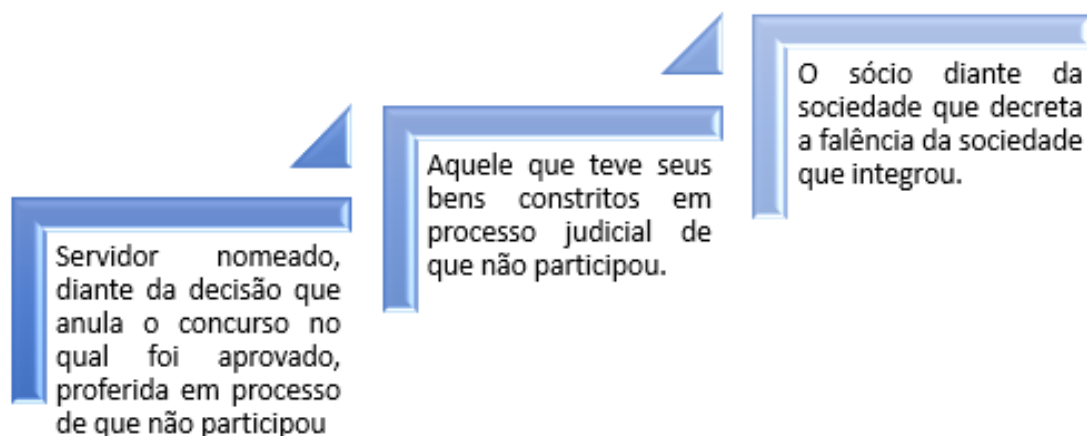
Sim, o MP poderá interpor recurso, conforme previsto **no artigo 996, CPC** que define as competências para interpor recurso:

**Art. 996.** *O recurso pode ser interposto pela **parte vencida**, pelo **terceiro prejudicado** e pelo **Ministério Público**, como **parte** ou como **fiscal da ordem jurídica**.*

**Parágrafo único.** *Cumpra ao terceiro demonstrar a possibilidade de a decisão sobre a relação jurídica submetida à apreciação judicial atingir direito de que se afirme titular ou que possa discutir em juízo como substituto processual.*

*Ressalva importante faz a doutrina, a partir da análise da jurisprudência do STJ e cita vários exemplos de terceiros prejudicados que podem recorrer:*





**3. Celeste, no último dia do prazo recursal, acabou tendo que protocolar o recurso pelo correio, já no último dia do prazo. No momento do juízo de admissibilidade, o recurso foi considerado intempestivo, porque chegou ao destino no 24º dia da intimação da Celeste. De acordo com as regras que regem o sistema recursal, o recurso é intempestivo? Por quê?**

Não, o recurso não é intempestivo. O novo CPC previu a possibilidade de interposição do recurso através do sistema de correio e estipulou a data da postagem como o marco para contagem:

*§ 4º Para aferição da tempestividade do recurso remetido pelo correio, será considerada como data de interposição a data de postagem.*

**4. Como visto, o sistema recursal enquadra as decisões interlocutórias nas hipóteses de cabimento do agravo de instrumento, porém, faz a ressalva de que as decisões que não são agraváveis poderão ser atacadas por mandado de segurança. Essa afirmação está correta?**

Não, primeiro porque as decisões interlocutórias que não se enquadram nas hipóteses de cabimento do agravo de instrumento não são irrecorríveis, apenas não são impugnáveis de imediato e poderão ser impugnadas, posteriormente, no recurso de apelação ou em contrarrazões de recurso. E, ainda, não se exclui a possibilidade de se utilizar outros meios impugnativos, como ações autônomas ou um sucedâneo recursal, a depender do caso concreto.

**5. Em relação aos efeitos recursais, é correto afirmar que a apelação devolve ao tribunal apenas a matéria decidida na sentença?**

Não, segundo o **art. 1.013, §1º, do NCPC**, a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada, ou seja, aquilo que for alegado pelo recorrente. Trata-se do efeito devolutivo, do princípio *tantum devolutum quantum appellatum*. O tribunal apreciará, ainda, todas as questões discutidas durante o processo e conhecerá daquelas que mesmo não tendo sido discutidas, puderem ser conhecidas de ofício (matérias de ordem pública).

**6. O sistema recursal sofreu profundas alterações no NCPC, dentre as quais podemos destacar a faculdade de não juntar a cópia das razões do agravo de instrumento, correto?**



Sim, no processo eletrônico, a juntada de cópia das razões do agravo de instrumento é uma faculdade da parte recorrente, pois está de acordo como o **§5º, do art. 1.017, do NCPC**, o recorrente poderá anexar os documentos que entender necessários, por isso a questão fala em faculdade.

**7. No agravo interno, caso o relator entenda pela manutenção da decisão monocrática recorrida, o acórdão poderá apenas se limitar a reproduzir os fundamentos da decisão recorrida e negar provimento ao agravo?**

Não, no agravo interno, entendendo o relator pela manutenção da decisão monocrática recorrida e, com base no **§3º, do art. 1.021, do NCPC**, é vedada a decisão genérica, obrigando ao julgador que a faça de forma específica.

**8. Os embargos de declaração sofreram alterações no NCPC, dentre as quais destacamos o efeito suspensivo e a interrupção do prazo para interposição do recurso. Correto?**

Não, de acordo com o **art. 1.026, do NCPC**, os embargos de declaração não possuem efeito suspensivo. Todavia, a segunda parte da alternativa está correta, pois os embargos interrompem o prazo para interposição de recurso.

**9. Pode-se afirmar que são cabíveis os embargos infringentes contra acórdão não unânime que tenha reformado a decisão recorrida, no mérito, ou tiver julgado procedente ação rescisória?**

Não, os embargos infringentes foram excluídos pelo NCPC, que passou a não mais prever essa espécie recursal. Assimila-se a este recurso a técnica do julgamento ampliado prevista no **art. 942**:

**Art. 942.** Quando o resultado da apelação for não unânime, o julgamento terá prosseguimento em sessão a ser designada com a presença de outros julgadores, que serão convocados nos termos previamente definidos no regimento interno, em número suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado inicial, assegurado às partes e a eventuais terceiros o direito de sustentar oralmente suas razões perante os novos julgadores.

**§ 1º** Sendo possível, o prosseguimento do julgamento dar-se-á na mesma sessão, colhendo-se os votos de outros julgadores que porventura componham o órgão colegiado.

**§ 2º** Os julgadores que já tiverem votado poderão rever seus votos por ocasião do prosseguimento do julgamento.

**§ 3º** A técnica de julgamento prevista neste artigo aplica-se, igualmente, ao julgamento não unânime proferido em:

**I** - Ação rescisória, quando o resultado for a rescisão da sentença, devendo, nesse caso, seu prosseguimento ocorrer em órgão de maior composição previsto no regimento interno;

**II** - Agravo de instrumento, quando houver reforma da decisão que julgar parcialmente o mérito.

**§ 4º** Não se aplica o disposto neste artigo ao julgamento:

**I** - Do incidente de assunção de competência e ao de resolução de demandas repetitivas;

**II** - Da remessa necessária;

**III** - Não unânime proferido, nos tribunais, pelo plenário ou pela corte especial.





**10. De acordo com o novo Código de Processo Civil, os vícios formais ensejam a imediata inadmissibilidade dos recursos extraordinário e especial?**

Não, de acordo com o **§3º, do art. 1.029, do NCPC**, ainda que os recursos possuam vícios formais, os recursos poderão ser apreciados, em razão da função dos Tribunais superiores que é a de prover a adequada interpretação do Direito:

**Art. 1029. §3º.** O Supremo Tribunal Federal ou o Superior Tribunal de Justiça poderá desconsiderar vício formal de recurso tempestivo ou determinar sua correção, desde que não o repute grave.

**11. Sobre o sistema recursal no novo Código de Processo Civil, é correto afirmar que o recurso especial terá seu exame de admissibilidade realizado pelo Superior Tribunal de Justiça?**

Não, em relação ao recurso especial, o juízo de admissibilidade recursal não é realizado única e exclusivamente pelo STJ, mas, também, pelo órgão que prolatou a decisão recorrida. Com base no **art. 1.030**, a admissibilidade do recurso especial permanece sendo competência do Presidente ou do Vice-Presidente do tribunal recorrido, contudo, é cabível recurso da decisão que nega a admissibilidade do recurso.

## LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

**1. (Instituto AOCP/2024/Câmara Municipal de Bauru/Procurador Legislativo) Sobre os recursos, assinale a alternativa correta segundo o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015).**

- A) Os recursos impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.
- B) O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica.
- C) O recorrente poderá, a qualquer tempo, com a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
- D) A decisão pode ser impugnada no todo, vedada a interposição de recurso somente de parte da decisão.
- E) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.

**2. (INSTITUTO AOCP/2021/Câmara de Teresina PI/Procurador) Segundo o Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA.**

- A) Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de cinco dias, retratar-se. Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de cinco dias, retratar-se.





- B) A citação daqueles que devam figurar em litisconsórcio passivo será requerida pelo réu na contestação e deve ser promovida no prazo de trinta dias, sob pena de ficar sem efeito o chamamento.
- C) O perito que, por dolo ou culpa, prestar informações inverídicas responderá pelos prejuízos que causar à parte e ficará inabilitado para atuar em outras perícias no prazo de dois a cinco anos, independentemente das demais sanções previstas em lei, devendo o juiz comunicar o fato ao respectivo órgão de classe para adoção das medidas que entender cabíveis.
- D) É inadmissível ação monitória em face da Fazenda Pública.
- E) A ação rescisória pode ter por objeto apenas um capítulo da decisão.

---

**3. (INSTITUTO AOCP/2024/TRF 2ª REGIÃO/Analista Judiciário) De acordo com o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), assinale a alternativa correta.**

- A) O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso. Mas a desistência do recurso não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquela objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.
- B) Para aferição da tempestividade do recurso remetido pelo correio, será considerada como data de interposição a data do recebimento pela secretaria do juízo ou do tribunal.
- C) Certificado o trânsito em julgado, com menção expressa da data de sua ocorrência, o escrivão ou o chefe de secretaria, independentemente de despacho, providenciará a baixa dos autos ao juízo de origem, no prazo de quinze dias.
- D) Quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação somente devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada.
- E) Quando manifestamente protelatórios os embargos de declaração, o juiz ou o tribunal, em decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente a cinco por cento sobre o valor atualizado da causa.

---

**4. (INSTITUTO AOCP/2024/TRF 2ª REGIÃO/Analista Judiciário) Nos termos do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), é correto afirmar que a técnica de ampliação de julgamento ou de ampliação do colegiado se aplica ao julgamento não unânime proferido**

- A) no incidente de assunção de competência.
- B) no agravo de instrumento, quando houver reforma da decisão que julgar parcialmente o mérito.
- C) no incidente de resolução de demandas repetitivas.



- D) na remessa necessária.
- E) pelo plenário ou pela corte especial, nos tribunais.

---

**5. (INSTITUTO AOCP/2022/AGESAN RS/Advogado)** Maria, no ano de 2020, adquiriu de seu primo Pedro um veículo. Em razão de o veículo ter sido comprado de forma parcelada e pela relação de parentesco existente entre as partes, não foi feita a transferência do registro junto ao órgão competente, embora o carro tenha sido entregue para Maria no ato da negociação. Alguns meses após o término do pagamento das parcelas por Maria, o veículo sofreu uma penhora em uma ação de execução que Pedro está sofrendo por uma dívida contraída após a venda do veículo. Maria, que descobriu por si a penhora logo que foi realizada, no início da ação de execução, ficou apavorada e contratou um advogado para liberar o veículo da penhora. Como advogado de Maria, com atenção ao que dispõe o Código de Processo Civil, assinale a alternativa que apresenta a forma processual adequada para liberar o veículo.

- A) Maria deverá fazer uma petição, na própria ação de execução, requerendo a liberação do veículo e comprovando que o adquiriu de seu primo.
- B) Maria deverá opor embargos à execução, os quais serão distribuídos por dependência ao juízo que ordenou a constrição e autuados em apartado.
- C) Como Maria não fez a transferência junto ao órgão competente, não conseguirá liberar o veículo da penhora e deverá pleitear judicialmente a restituição do valor pago em face de seu primo.
- D) Maria deverá opor embargos de terceiro, os quais serão distribuídos por dependência ao juízo que ordenou a constrição e autuados em apartado.
- E) Maria deverá impetrar mandado de segurança em face da decisão judicial que determinou a penhora do veículo, tendo o juiz prolator da decisão como autoridade coatora.

---

**6. (INSTITUTO AOCP/2022/AGESAN RS/Advogado)** Luiz propôs uma ação pelo procedimento comum, requerendo a declaração de inexistência de débito, em face da empresa Beta, na qual requereu uma tutela provisória de retirada de seu nome dos cadastros de inadimplência, o qual foi deferida no início do processo e confirmada na sentença que julgou procedentes os seus pedidos. A empresa Beta, inconformada com a sentença, irá interpor recurso de apelação. Quanto aos efeitos do recurso a ser interposto pela empresa Beta, com base na situação hipotética apresentada e no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- A) O recurso, independentemente de requerimento, terá os efeitos devolutivo e suspensivo, e a sentença não produzirá nenhum efeito até o julgamento do recurso, inclusive quanto à tutela provisória.
- B) O recurso terá apenas o efeito devolutivo e não terá efeito suspensivo, o qual poderá ser requerido pela apelante ao Tribunal ou ao relator, mediante demonstração dos requisitos legais.



C) O recurso terá apenas o efeito devolutivo e não terá efeito suspensivo, o qual poderá ser requerido pela apelante ao Juiz de primeiro grau, mediante demonstração dos requisitos legais.

D) O recurso não terá nem o efeito devolutivo, nem o efeito suspensivo, e estes deverão ser requeridos ao Tribunal, ao relator ou ao Juiz de primeiro grau.

E) O recurso terá o efeito devolutivo e o efeito suspensivo; este último, contudo, não abrangerá a tutela provisória, podendo a apelante, quanto à tutela provisória, requerer o efeito suspensivo ao Tribunal ou ao relator, mediante demonstração dos requisitos legais.

---

**7. (INSTITUTO AOCP/2022/MPE MS/Promotor de Justiça Substituto) Analise as assertivas e assinale a alternativa correta. Segundo a técnica de julgamento prevista no artigo 942 do CPC/2015, haverá julgamento estendido quando:**

I. o resultado do julgamento da remessa necessária e do recurso de apelação forem não unânimes e estiverem reformando a sentença;

II. o resultado do julgamento da apelação for não unânime;

III. o resultado do julgamento de agravo de instrumento for não unânime e houver reforma da decisão que julgar parcialmente o mérito;

IV. o resultado do julgamento da ação rescisória for não unânime e o resultado for a manutenção da sentença.

A) Apenas I e II estão corretas.

B) Apenas I e III estão corretas.

C) Apenas II e III estão corretas.

D) Apenas II e IV estão corretas.

E) Apenas III e IV estão corretas.

---

**8. (INSTITUTO AOCP/2021/SANESUL/Advogado) Maria moveu uma ação judicial em face de João, que foi devidamente processada e está em trâmite na Justiça Comum Estadual da Comarca de São Paulo/SP. Na ação, Maria fez três pedidos. Por se tratar de caso de julgamento antecipado do mérito, um dos pedidos foi julgado antecipadamente improcedente, conforme autoriza o Código de Processo Civil em vigor. A ação judicial teve prosseguimento quanto aos demais pedidos em razão de ser necessária dilação probatória com relação a eles. Diante da situação hipotética apresentada, assinale a alternativa que apresenta o recurso cabível da decisão que julgou antecipadamente o mérito destacando-se que a decisão não apresenta obscuridade, contradição, omissão ou erro material.**

A) Apelação.



- B) Agravo retido.
- C) Agravo de Instrumento.
- D) Recuso ordinário
- E) Agravo interno.

## Gabarito

GABARITO



1	B
2	D
3	A
4	B
5	D
6	E
7	C
8	C



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.